

Ata n.º 2

Aviso de abertura para procedimento concursal comum de recrutamento, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, na Divisão de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna da Direção de Serviços de Administração, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, o júri designado por despacho do Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, datado de vinte e nove de janeiro do mesmo ano, retomou os trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, com constituição de reserva de recrutamento.

Estiveram presentes nas deliberações que se seguem, os seguintes membros do júri:

Presidente: Miguel Estêvão, Diretor de Serviços de Administração;

1º Vogal efetivo: Sónia Pires, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna;

2º Vogal efetivo: Sílvia Estevens, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna, da Direção de Serviços de Administração;

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

- I. Análise das candidaturas;
- II. Deliberação sobre a admissão e exclusão dos candidatos a concurso;
- III. Decisão sobre os métodos de seleção obrigatórios a aplicar;
- IV. Marcação da data da prova de conhecimentos;
- V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova;
- VI. Notificação dos candidatos.

I. Análise das candidaturas

Iniciados os trabalhos de análise das candidaturas, o júri verificou que se apresentaram a concurso 9 candidatos, a seguir identificados:

1. Délio Marques da Fonseca;
2. Gonçalo Jorge Salgado;
3. Gonçalo José dos Santos Patacho;
4. José Domingos Luz Bárbara;
5. Maria da Conceição Marques dos Santos;
6. Pascal Barriga Reis;
7. Paula Alexandra Rodrigues Eusébio;
8. Sofia Isabel Genebra da Encarnação;
9. Vânia Miguel Viegas.

II. Deliberação sobre a admissão e exclusão dos candidatos a concurso

1. Após análise aos processos de candidatura, em cotejo com a oferta de emprego e demais legislação aplicável, conforme documentos em anexo, que integram esta ata, o júri deliberou a intenção de admitir ao presente procedimento, os candidatos a seguir identificados:

- 1.1 José Domingos Luz Bárbara;
- 1.2 Maria da Conceição Marques dos Santos;
- 1.3 Paula Alexandra Rodrigues Eusébio;

2. Por se ter constatado a falta de algum dos elementos indicados no ponto 8.3 do Aviso de abertura do procedimento concursal, o júri deliberou, nos termos do previsto no ponto 9.1 do mesmo Aviso, requerer esses elementos, comprovativos das declarações prestadas, aos seguintes candidatos:

- 2.1 Délio Marques da Fonseca*;
- 2.2 Gonçalo Jorge Salgado**;
- 2.3 Pascal Barriga Reis*;
- 2.4 Vânia Miguel Viegas***;

* g) Declaração em como autoriza o uso do endereço eletrónico para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do CPA.

** e) As avaliações de desempenho com referência aos valores quantitativos e qualitativos, obtidas nos últimos 2 períodos de avaliação, ou, sendo o caso, a indicação da não avaliação em um ou mais períodos bem como o motivo da não avaliação.

*** f) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente autenticada e atualizada, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o mapa de pessoal aprovado.

3. Por não serem detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, o Júri deliberou a intenção de excluir os candidatos abaixo enunciados:

3.1 Gonçalo José dos Santos Patacho;

3.2 Sofia Isabel Genebra da Encarnação.

III. Decisão sobre os métodos de seleção obrigatórios a aplicar

Analisadas as candidaturas admitidas ao presente procedimento concursal, verificou-se que nenhum dos candidatos admitidos desempenha, à data, funções idênticas às do posto de trabalho em referência pelo que, para efeitos do consagrado na alínea a) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o método de seleção obrigatório é a prova de conhecimentos.*

*A candidata Paula Alexandra Rodrigues Eusébio desempenhou funções idênticas às do posto de trabalho em referência entre 01/09/2008 e 15/06/2013, mas não logrou demonstrar que desempenha tais funções na atualidade, pelo que não cumpre os requisitos do n.º 2 do artigo 36.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, sendo, por conseguinte, submetida à prova de conhecimentos.

Sucessivamente e em cumprimento do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º da mesma Lei, os candidatos serão submetidos a avaliação psicológica.

IV. Marcação da data da prova de conhecimentos

O júri deliberou marcar a prova de conhecimentos para dia 21 de outubro de 2021, pelas 10h30, na sede da DRAP Algarve, no Patacão.

Mais deliberou a designação de dois trabalhadores da Direção de Serviços de Administração para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

Na prova de conhecimentos apenas poderá ser consultada a legislação constante do aviso de abertura. O júri deliberou, ainda, que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização. Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova.

VI. Notificação dos candidatos

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), conjugado com o n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, com a redação dada pela Portaria nº 12- A/2021, de 11 de janeiro, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico, com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAP Algarve.*

*Os candidatos Délio Marques da Fonseca e Pascal Barriga Reis, por não terem entregue a Declaração em como autorizam o uso do endereço eletrónico, para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do CPA, serão notificados por carta registada, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 112 do Código do Procedimento Administrativo, com os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 113.º do mesmo Código.

Os candidatos identificados no número 2. do ponto II da presente ata, dispõem de 10 dias úteis, contados a partir da data de receção da mensagem de correio eletrónico ou da data de receção da carta registada, respetivamente, para, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, apresentarem os elementos em falta. A não apresentação dos elementos requeridos determinará a exclusão da candidatura ao procedimento.

Os candidatos identificados no número 3. do ponto II da presente ata, dispõem de 10 dias úteis, contados a partir da data de receção da mensagem de correio eletrónico, para, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, dizerem por escrito o que se lhes oferecer sobre os fundamentos da intenção da sua exclusão. Para o efeito, os candidatos utilizam obrigatoriamente o formulário disponível no sítio da internet da DRAP Algarve, disponível em <https://www.drapalgarve.gov.pt/pt/drapalgarve/recursoshumanos/recrutamento>

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

Miguel Estêvão

1º Vogal Efetivo

Sónia Pires

2º Vogal Efetivo

Sílvia Estevens

ANEXO ÚNICO

		Prazo de candidatura	Licenciatura, ou grau superior a esta, na área de Direito, Gestão e Administração e Ciências sociais	Apresentou Formulário	CV assinado	Certificado (s) de Habilitações Literárias	Declaração de autorização de e-mail	Vínculo emprego publico	
								Declaração do organismo com elementos elencados no aviso	Declaração de conteúdo funcional
1	Délio Marcos da Fonseca	S	S	S	S	S	N ^(a)	S	S
2	Gonçalo Jorge Salgado	S	S	S	S	S	S	N ^(b)	S
3	Gonçalo José dos Santos Patacho	S	S	S	S	S	S	N ^(c)	N ^(c)
4	José Domingos Luz Bárbara	S	S	S	S	S	S	S	S
5	Maria da Conceição Marques dos Santos	S	S	S	S	S	S	S	S
6	Pascal Barriga Reis	S	S	S	S	S	N ^(a)	S	S
7	Paula Alexandra Rodrigues Eusébio	S	S	S	S	S	S	S	S
8	Sofia Isabel Genebra da Encarnação	S	S	S	S	S	S	N ^(c)	N ^(c)
9	Vânia Miguel Viegas	S	S	S	S	S	S	S	N ^(d)

(a) Não entregou a "Declaração em como autoriza o uso do endereço eletrónico para efeitos dos artigos 63.º e 112.º do CPA".

(b) Não entregou "As avaliações de desempenho com referência aos valores quantitativos e qualitativos, obtidas nos últimos 2 períodos de avaliação, ou, sendo o caso, a indicação da não avaliação em um ou mais períodos bem como o motivo da não avaliação".

(c) Não é titular de contrato de trabalho em funções públicas.

(d) Não entregou a "Declaração de conteúdo funcional emitida pelo serviço a que o candidato se encontra afeto, devidamente autenticada e atualizada, da qual conste a atividade que se encontra a exercer, em conformidade com o mapa de pessoal aprovado".